



REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Documentos Fiscais



1. Visão geral dos documentos fiscais eletrônicos;
2. Apuração da CBS e o papel dos documentos fiscais;
3. Esteira de processamento do documento fiscal até a apuração;
4. Características tributárias nos documentos fiscais para a CBS;
5. Notas de Ajuste.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Documentos Fiscais



1. Visão geral dos documentos fiscais eletrônicos;
2. **Apuração da CBS e o papel dos documentos fiscais;**
3. Esteira de processamento do documento fiscal até a apuração;
4. Características tributárias nos documentos fiscais para a CBS;
5. Notas de Ajuste.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



A matriz de transição tributária

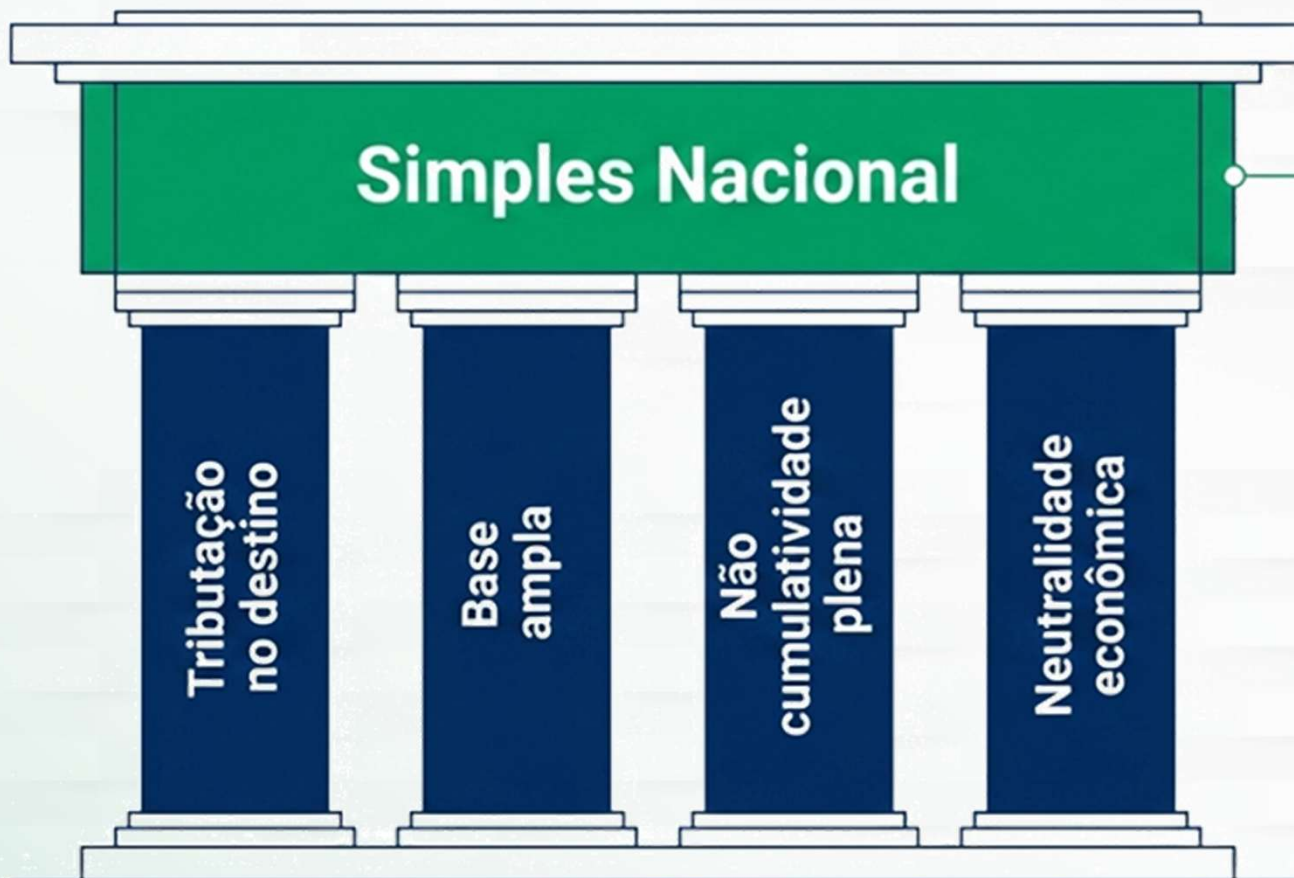


	ANTES (sistema fragmentado)		DEPOIS (sistema unificado)
Esfera federal	PIS / COFINS	>	CBS Contribuição sobre Bens e Serviços
Esfera Subnacional	ICMS (Estadual) ISS (Municipal)	>	IBS Imposto sobre Bens e Serviços
Regulação Comportamental	N/A	>	IS Imposto Seletivo

Tributos sobre consumo totalmente reformulados sob a premissa de unificação e simplicidade

SIMPLES NACIONAL

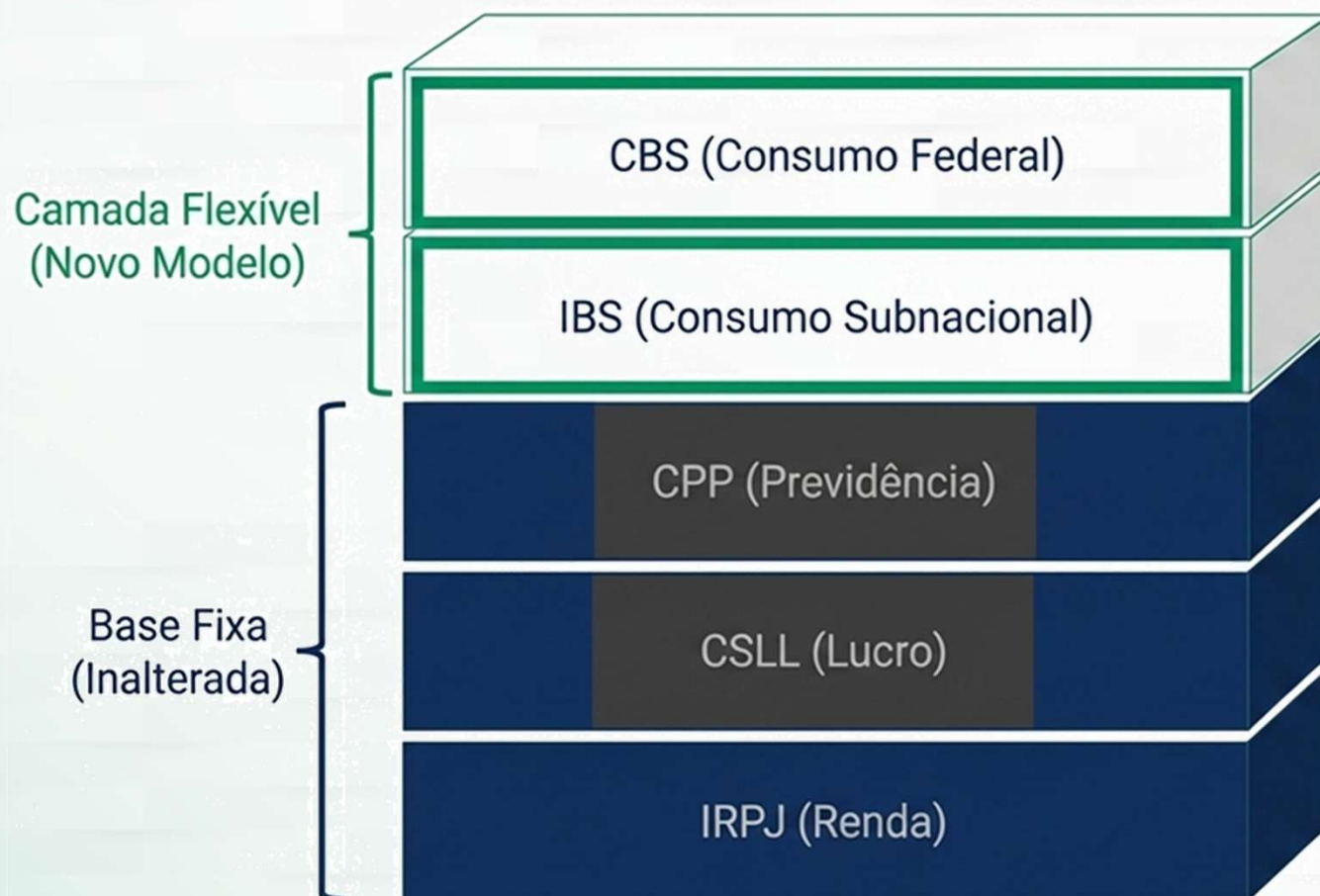
A lógica central e a relevância do Simples



O problema legado: o Simples operava sob uma dinâmica de crédito/débito distinta, desalinhada com o princípio da não cumulatividade no PIS e COFINS.

A importância: é o maior regime tributário do país, com impacto social e econômico imensurável. A reforma integra este volume à nova esteira de créditos.

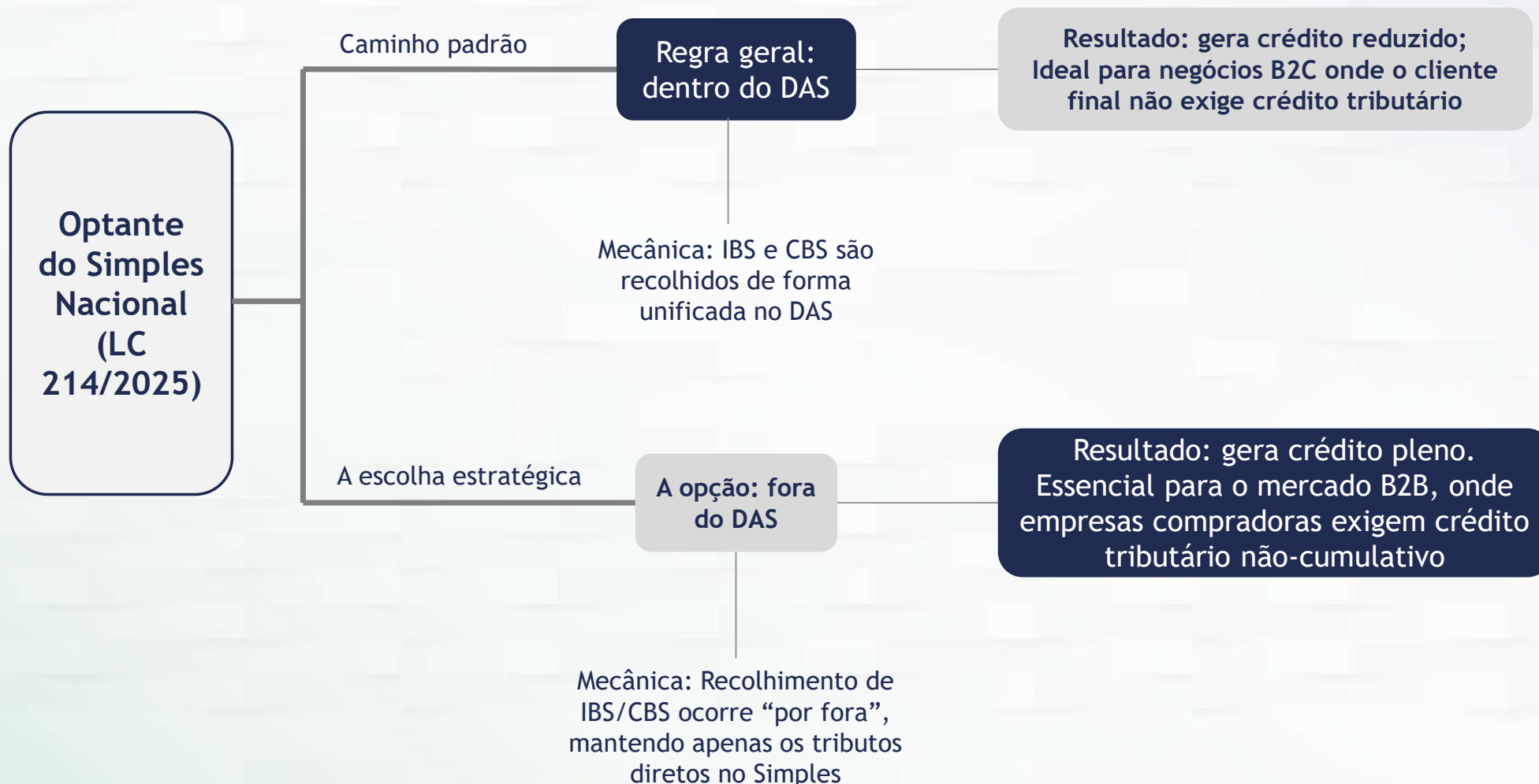
A arquitetura do novo DAS



A LC 214/2025 determina a estrutura final do Documento de Arrecadação do Simples Nacional:

- Os tributos diretos (IRPJ, CSLL, CPP) continuam rigidamente apurados dentro do Simples.
- A flexibilidade do modelo híbrido ocorre exclusivamente nas camadas de tributação sobre o consumo (IBS e CBS).

A árvore de decisão da não cumulatividade (modelo híbrido)



ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



ANTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA

MODELO ATUAL PRÉ-REFORMA TRIBUTÁRIA

- Documento fiscal é base para **escrituração** fiscal declaratória (SPED);
- Apuração ocorre dentro das **obrigações acessórias** (EFDs);
- Tributos envolvidos:
 - ICMS / IPI na EFD ICMS/IPI;
 - PIS / COFINS na EFD Contribuições;
- Documento é **traduzido** dentro da escrituração.

O documento fiscal **não** era suficiente - a apuração **dependia** da escrituração

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



COM REFORMA TRIBUTÁRIA

DOCUMENTO FISCAL COMO BASE ÚNICA DE APURAÇÃO

- Documento fiscal passa a ser **confissão** do valor devido
- **Extinção** da escrituração para:
 - ICMS, PIS e COFINS
- Introdução da Apuração Assistida:
 - Cálculo **automático** a partir dos documentos fiscais;
 - **Sem** necessidade de tradução via escrituração;

O documento fiscal passa a ser o **centro** do sistema tributário

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



Atualmente existem 18 documentos fiscais eletrônicos:

Classificação dos documentos - mercadorias

Documentos:
NF-e
NFC-e

Autorização:
Secretarias de
Fazenda Estaduais
(Estados)
Receita Federal do
Brasil (RFB)

Uso:
Operações B2B e
B2C
Base de tributação
de bens

Classificação dos documentos - transportes

Documentos:
CT-e
CT-e simplificado
CT-e OS
BP-e
BP-e TM
BP-e Aéreo

Autorização:
Secretarias de
Fazenda Estaduais
(Estados)

Uso:
Transporte de
cargas e
passageiros

Classificação dos documentos - faturas

Documentos:
NF Água
NF Gás
NFCom
NF3-e

Autorização:
Secretarias de
Fazenda Estaduais
(Estados)

Uso:
Serviços públicos e
comunicações

Classificação dos documentos - serviços

Documentos:
NFS-e

Autorização:
Secretarias de
Finanças
Municipais
(Municípios)
Receita Federal do
Brasil (RFB)

Classificação dos documentos - pedágio

Documentos:
NFS-e Via

Autorização:
Receita Federal do
Brasil (RFB)

Documentos Especiais e Comércio Exterior

Documentos:
Regimes Específicos: DERE
- apuração da CBS
por margem (Planos de saúde,
Instituições financeiras,
Jogos);
Comércio Exterior:
Duimp, DIR;
Alienação de Bens Imóveis: NF-e ABI
Autorização:
Receita Federal do
Brasil (RFB)

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF-e e **NFC-e** - notas de mercadorias

Ambos os documentos dão direito a crédito

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF-e - modelo 55

- Utilizada na comercialização de mercadorias **entre empresas**;
- Utilizada em operações **B2B** e **B2G**;
- Utilizada no comércio on-line (**e-commerce**);
- Permite destaque de ICMS, IPI, PIS/Cofins;
- Substitui a nota fiscal modelo 1/1-A.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NFC-e - modelo 65

- Utilizada no comércio **varejista** em operação de vendas com fornecimento **presencial**;
- Substitui o cupom fiscal (ECF);
- Emissão simplificada, geralmente com DANFE NFC-e (QR Code).

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF-e e NFC-e - eventos

- Informação de efetivo **pagamento** integral para liberar crédito presumido do adquirente - 112110;
- Importação em ALC/ZFM não convertida em isenção - 112120;
- Perecimento, perda, roubo ou furto durante o transporte contratado pelo **fornecedor** - 112130;
- Fornecimento não realizado com pagamento antecipado - 112140;
- Atualização da Data de Previsão de Entrega - 112150;
- Solicitação de Apropriação de crédito presumido - 211110;
- Perecimento, perda, roubo ou furto durante o transporte contratado pelo **adquirente** - 211124.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF-e e NFC-e - eventos

- Aceite de débito na apuração por emissão de nota de crédito - 211128;
- Imobilização de Item - 211130;
- Solicitação de Apropriação de Crédito de Combustível - 211140;
- Solicitação de Apropriação de Crédito para bens e serviços que dependem de atividade do adquirente - 211150;
- Manifestação sobre Pedido de Transferência de Crédito de IBS em Operações de Sucessão - 212110.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF-e e NFC-e - eventos

- Manifestação sobre Pedido de Transferência de Crédito de CBS em Operações de Sucessão - 212120;
- Manifestação do Fisco sobre Pedido de Transferência de Crédito de IBS em Operações de Sucessão - 412120;
- Manifestação do Fisco sobre Pedido de Transferência de Crédito de CBS em Operações de Sucessão - 412130.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



CT-e, CT-e simplificado, CT-e OS, BP-e, BP-e TM, BP-e Aéreo -
documentos para transportes de carga, valores e passageiros

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



Documentos de transporte - eventos

- Cancelamento - 110111;
- Não Embarque - 110115;
- Ajuste do BP-e TA - 112130;
- Não fornecimento (fornecimento não realizado com pagamento antecipado) - 112140.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF Ag, NF Gás, NF Com, NF3-e - documentos do tipo fatura

Geralmente atendem serviços de **prestação continuada**;
Consolidam informações de **medição**, **consumo** e valores **cobrados**.



NFAg - Nota Fiscal da Água e Saneamento Eletrônica

- Documento para fornecimento de água e saneamento;
- Em implantação gradual pelos estados;
- Sem massificação nacional no momento.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NFGAS - Nota Fiscal Eletrônica do Gás

- Aplicável ao fornecimento contínuo de **gás canalizado**;
- Substitui modelos de documentos fiscais antigos utilizados pelas concessionárias;
- Utilizada por distribuidoras de gás (serviços públicos regulados).*



NFCom - Nota Fiscal Fatura de Serviço de Comunicação Eletrônica

- Para serviços de:
 - Telecomunicações;
 - TV por assinatura;
 - Internet;
- Substitui modelos 21 e 22.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF3-e - Nota Fiscal da Energia Elétrica Eletrônica

- Substitui modelos antigos (modelo 6);
- Usada por **distribuidoras de energia**.

ECOSSISTEMA DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS



NF Ag, NF Gás, NF Com, NF3-e - eventos

- Evento de informações da vinculação da transação de pagamento do DF-e - 110300

Documentos Fiscais



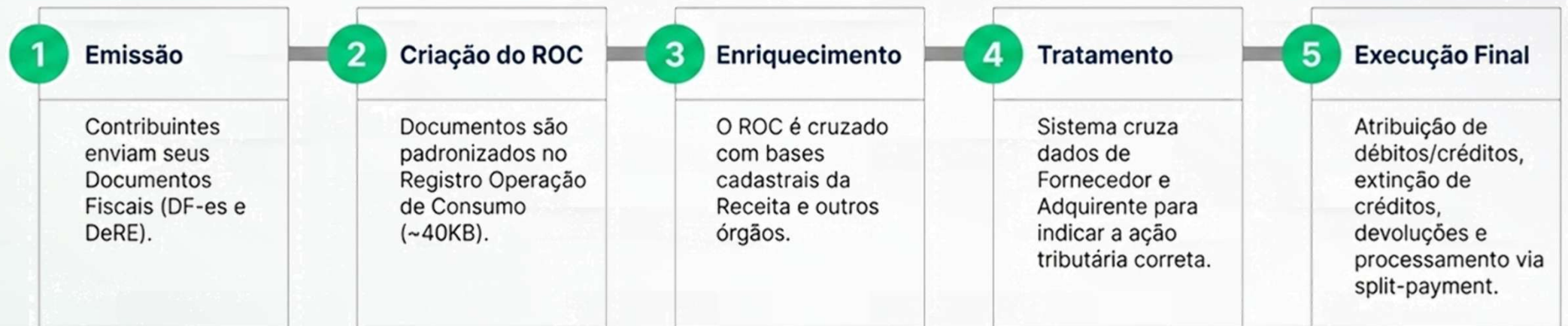
1. Visão geral dos documentos fiscais eletrônicos;
2. Apuração da CBS e o papel dos documentos fiscais;
- 3. Esteira de processamento do documento fiscal até a apuração;**
4. Características tributárias nos documentos fiscais para a CBS;
5. Notas de Ajuste.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

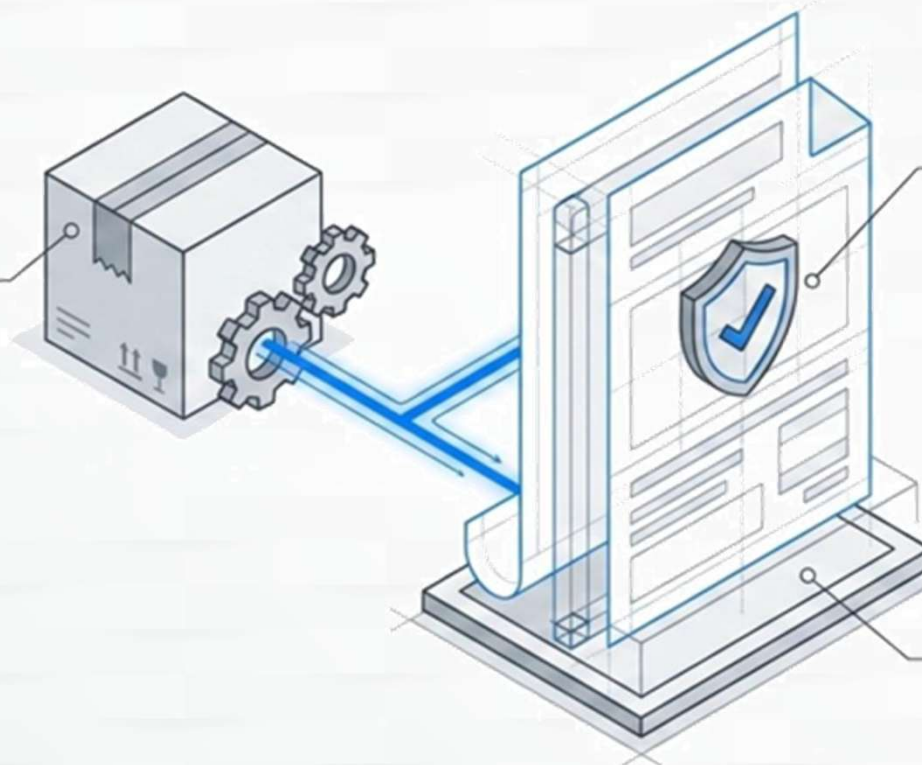


A arquitetura da Apuração Assistida: o fluxo



Etapa 1: emissão do Documento Fiscal

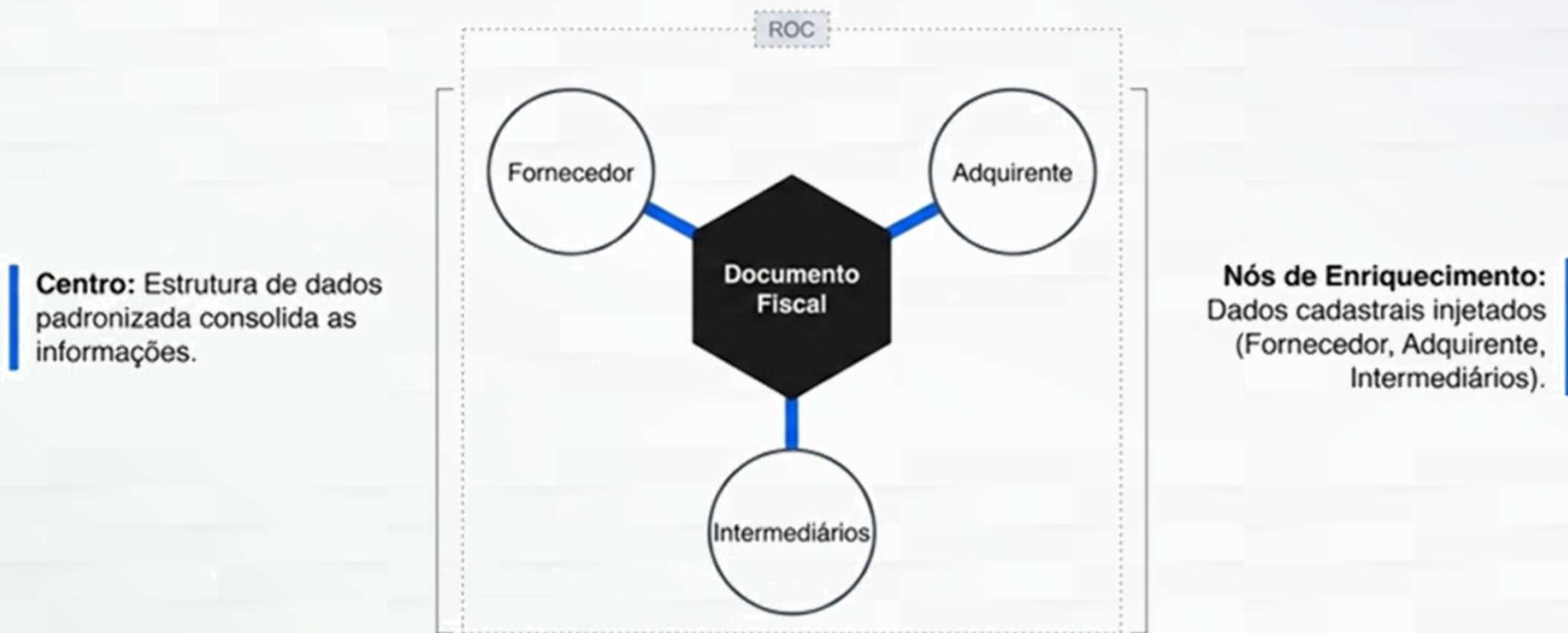
1. **Fato gerador:**
Fornecimento da
mercadoria ou
prestação de serviço.



2. **Validação:**
Documento fiscal
autorizado pelo
ente competente.

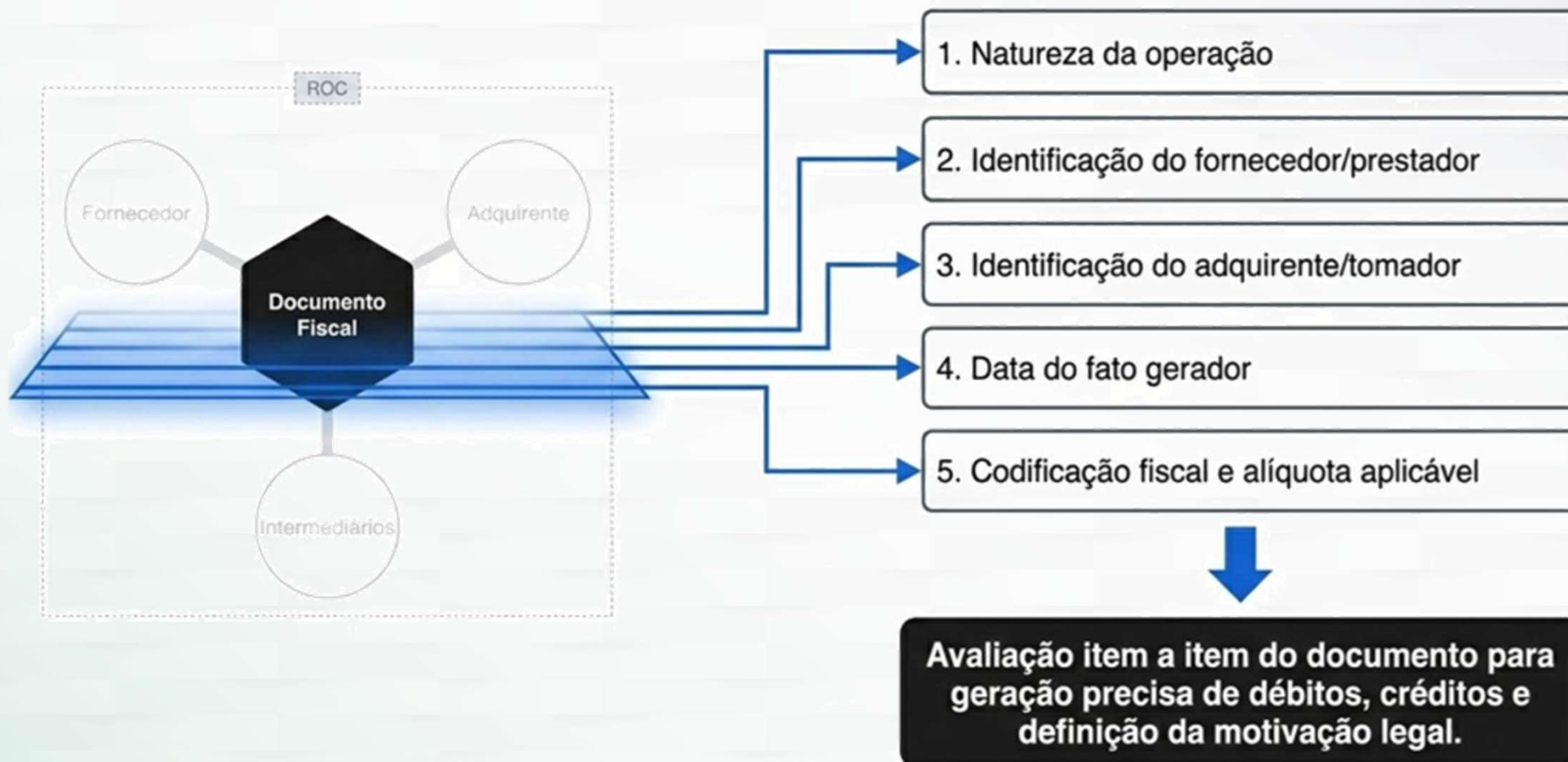
3. **Fundamento:**
Origem legal
inquestionável da
obrigação tributária.

Etapa 2: Registro de Operação de Consumo



O ROC atua como o 'objeto fiscal' definitivo da Reforma Tributária, preparando os dados brutos para o processamento.

Etapa 4: Tratamento Tributário



Documentos Fiscais



1. Visão geral dos documentos fiscais eletrônicos;
2. Apuração da CBS e o papel dos documentos fiscais;
3. Esteira de processamento do documento fiscal até a apuração;
4. **Características tributárias nos documentos fiscais para a CBS;**
5. Notas de Ajuste.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Códigos de classificação



CST (Código de Situação Tributária)

A essência do tratamento. Define objetivamente a regra primordial: se há tributação, isenção, redução, crédito ou regime específico.



CClassTrib (Classificação Tributária)

A lógica detalhada. Estrutura o tipo de operação, base legal, natureza e individualizada a ação na apuração; justifica o CST.



Indicadores de preenchimento

Os sinalizadores de ação. Determinam o preenchimento prático dos grupos de IBS/CBS nos documentos fiscais.

Análise Estrutural: CST versus CClassTrib



Amplitude	Representa a essência da tributação.	Representa o conjunto completo de regras operacionais.
Estrutura do Código	Formato direto de 3 dígitos.	Identificador estruturado complexo (contém a base legal unívoca).
Função na Apuração	Indica a direção geral (ex: imunidade ou tributação integral).	Individualiza a ação (ex: especifica se dá direito a ressarcimento, crédito presumido ou estorno)
Exemplo Prático	Código 000 (tributação integral).	Código 000002 (tributação integral específica para pedágio em vias)

Catálogo geral de situações tributárias

O código CST não é um elemento isolado; ele reside fisicamente dentro do código CClassTrib. Os três primeiros dígitos da Classificação Tributária representam obrigatoriamente a Situação Tributária.



O código completo 000002 justifica e carrega a **essência** da tributação do Pedágio em Vias, validando a aplicação do CST 000

Catálogo geral de situações tributárias



A partir desta lâmina, detalhamos os mecanismos de aplicação e os documentos eletrônicos (DF-e) aceitos para cada família

Tributação normal e uniforme



CST 000 - Tributação Integral

Aplicação da alíquota **cheia** de CBS e alíquotas padrão do IBS. É a **regra geral** para a grande maioria das operações.

Document tags

Todos os DF-e

× Exceto DeRE

CST 010 - Alíquotas Uniformes

Tributação com alíquotas **padronizadas** em **todo o território nacional** para ambos os tributos.

Document tags

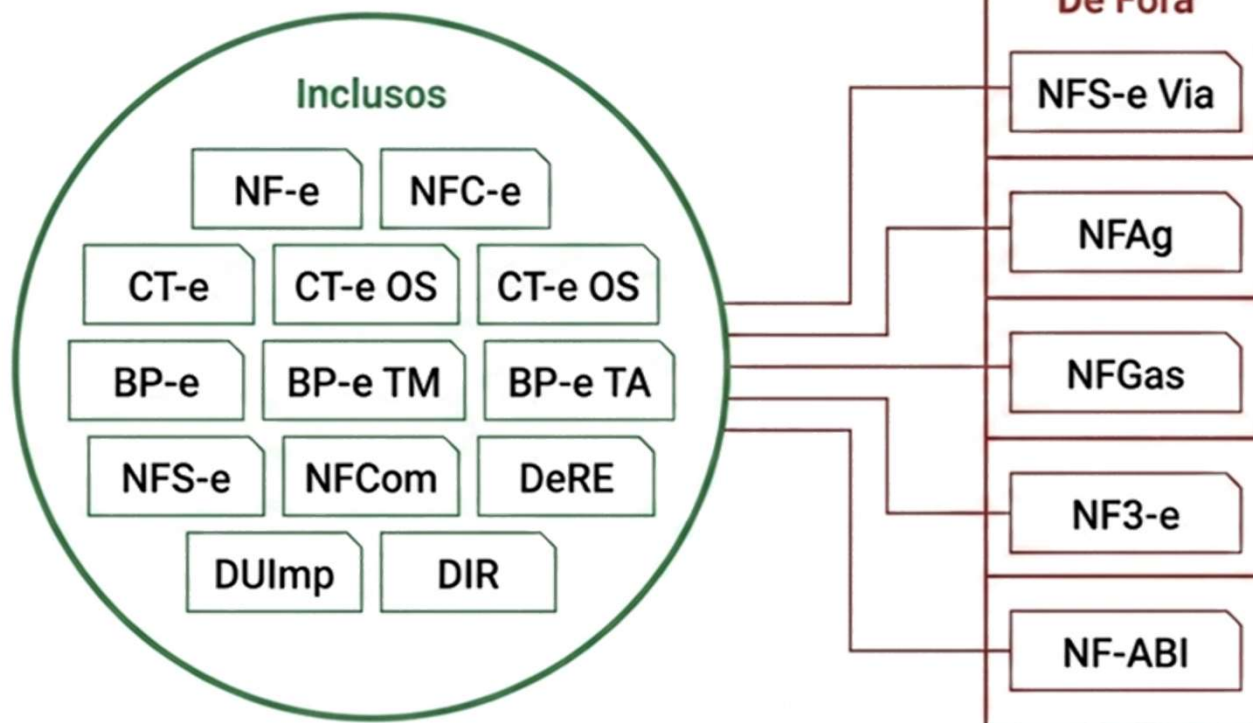
NFS-e

DeRE

Exceções e alíquotas reduzidas

CST 200 - Alíquotas Reduzidas ou Zero

Operações amparadas por exceções da Lei 214/2025.



CST 220 e 221 - Alíquotas Fixas

Regimes especiais baseados em receita mensal.
220 para empreendimentos imobiliários (NF-e ABI) e 221 para locações de imóveis.

CST 222 - Redução de Base de Cálculo

Usado na prática para reduções fracionárias da base, como passagens internacionais de ida e volta.
Documentos: CT-e OS, BP-e, BP-e TA.

Mecanismos específicos e movimentações

CST 620 - Monofasia

Regime trinitário monofásico exclusivo para tributação de combustíveis.

Documentos: NF-e, NFC-e

CST 800 - Transferência

Repasse de créditos entre contribuintes, conforme permitido pela legislação.

Documentos: NF-e, NFS-e

CST 811 - Ajustes

Cobertura para notas de débitos, como anulação de créditos por saídas imunes/isentas.

Documentos: NF-e, NFS-e

CST 820 - Doc. Específico

Fornecimentos onde a CBS e o IBS estão em outros documentos ou momentos anteriores.

Documentos: NF-e ABI

CST 830 - Exclusão de Base

Exclusão lógica (ex: energia injetada na rede pública por painéis solares compensando a consumida).

Documentos: NFS-e, NF3-e

Painel de controle: indicadores de preenchimento



O Paradoxo do Preenchimento Vazio

Este indicador sinaliza se há campos preenchidos de IBS/CBS. Porém, mesmo quando NÃO há preenchimento (Ex: CST 400 e 410), o documento ainda é processado pela Apuração Assistida.

A contabilização é obrigatória porque o sistema precisa calcular o estorno de crédito proporcional ao valor das saídas imunes e isentas do contribuinte.

Mapeamento de gatilhos: como o CST aciona o indicador

GATILHO OPERACIONAL	CST APLICADO	INDICADOR ACIONADO
Operação exige redução de alíquota ou alíquota zero.	200, 011 ou 515	Ativa ind_dRed (Valor 1 setado, inclusive para alíquota zero).
Redução de diferimento de tributo.	011, 200, 515	Ativa ind_gDif .
Transporte internacional (ida e volta pela metade).	222	Ativa Ind_RedutorBC .
Movimentação entre contribuintes ou Nota de Débito.	800 e 811	Ativa Ind_gTransfCred (800) ou Ind_gAjusteCompet (811).
Combustíveis com destinação específica.	620	Ativa indGIBSMono (Se destinação diversa, não usa monofasia).

Documentos Fiscais



1. Visão geral dos documentos fiscais eletrônicos;
2. Apuração da CBS e o papel dos documentos fiscais;
3. Esteira de processamento do documento fiscal até a apuração;
4. Características tributárias nos documentos fiscais para a CBS;
5. **Notas de Ajuste.**

A Dualidade dos Ajustes: O que são e para que servem?

Notas Fiscais de Débito



Registram acréscimos no valor devido. Em alguns casos, podem gerar o crédito correspondente para a outra parte.



Notas Fiscais de Crédito



Registram a redução de débito na apuração (alívio financeiro).



O Panorama: 8 Débitos e 6 Créditos

Débitos - Acréscimos

1. Transferência para cooperativas
2. Anulação (saídas imunes/isentas)
3. Notas não processadas
4. Multa e juros
5. Sucessão (transferência)
6. Pagamento antecipado
7. Perda em estoque
8. Desenquadramento do Simples Nacional

Créditos - Reduções

1. Multa e juros
2. Crédito presumido IBS (ZFM)
3. Recusa total / Não localização
4. Redução de valores
5. Sucessão (inaptidão da sucedida)
6. Recusa parcial na entrega

Débitos Operacionais & Logísticos

Débitos de notas fiscais não processadas

Contexto: Emitida pelo contribuinte do regime regular.

Gatilho: Quando verificar no sistema que há notas fiscais de fornecimento não processadas na apuração.



Perda em estoque

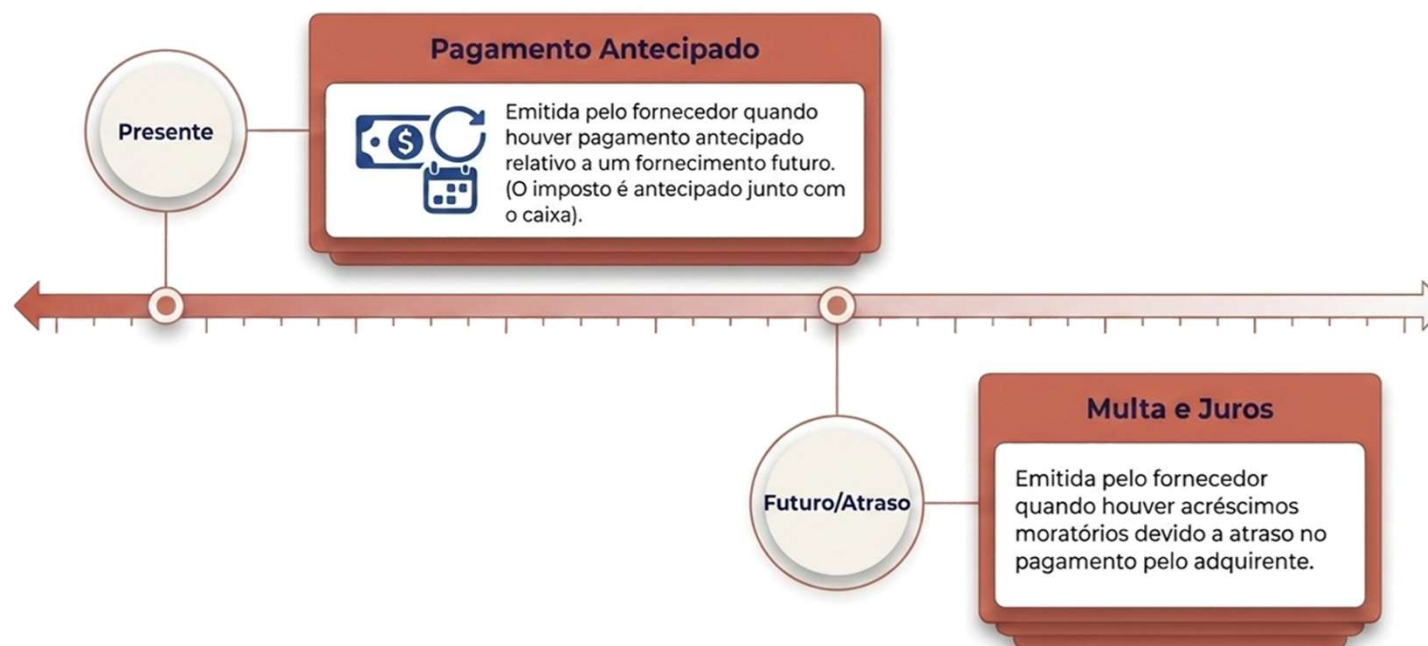
Gatilho: Quando houver perda de bens físicos.

Ação: Os créditos vinculados àquela mercadoria deverão ser estornados da apuração.



Obrigação: Emitir NF de Débito

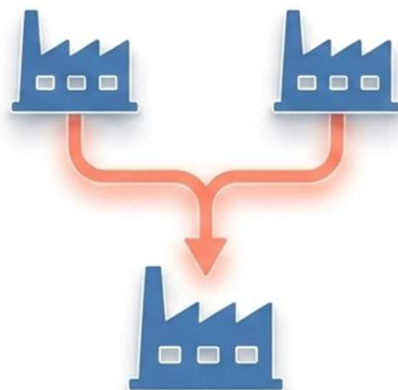
Débitos Financeiros: O Fator Tempo



Débitos de Estrutura Societária e Regimes

Transferência de crédito na sucessão

Empresa fundida, cindida ou incorporada emite a nota para transferir seus créditos não utilizados para a(s) empresa(s) sucessora(s).



Desenquadramento do Simples Nacional

Utilizada para registrar o débito de tributos no exato momento em que o contribuinte é obrigado a sair do regime simplificado.

Exceções Fiscais

Transferência para cooperativas



Emitida pelo associado (regime regular).

Finalidade: Transferir à cooperativa os créditos decorrentes de aquisições de bens/serviços fornecidos com redução de 100% de alíquota.

Anulação por saídas imunes/isentas



Regra de Conformidade: Obriga a anulação dos créditos que estavam vinculados a aquisições, caso essas aquisições sejam utilizadas posteriormente em operações imunes ou isentas.

Créditos por Falhas Logísticas



Recusa Total / Não Localização

Quando a entrega não se realiza (recusa ou destinatário não localizado).

Fato: Não se configura o fato gerador.

Ação: Emitida pelo fornecedor.

Recusa Parcial

Mesma lógica, mas aplicada apenas a alguns itens do documento fiscal original que foram recusados.

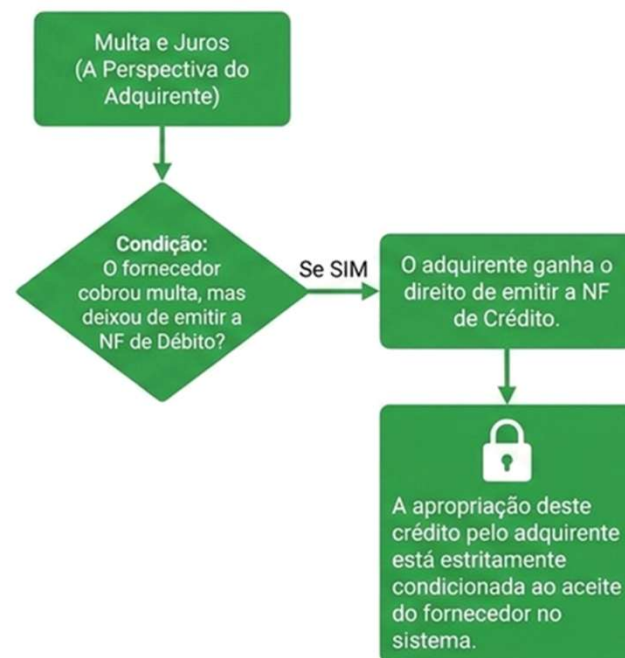
Créditos Financeiros: Acordos e Condicionantes

Redução de Valores



Quando é necessário reduzir o valor devido, mas não é mais possível cancelar o documento fiscal original.

Emitida pelo fornecedor.



Créditos Estruturais e Regionais



A Intersecção: Os Espelhos da Reforma

Por que algumas operações aparecem nos dois lados do balanço?



Matriz de Responsabilidade Sistêmica



O Fornecedor / Emissor Original

Regra geral: é dele a iniciativa. Responsável por emitir: Perdas de estoque, Pagamentos antecipados, Multas (débito) ↑, Falhas de entrega (crédito) ↓, Redução de valores (crédito).



O Adquirente / Destinatário

Atua por exceção ou benefício próprio. Responsável por emitir: Multas (crédito), mediante aceite do fornecedor).



Empresas em Reestruturação

Sucedida emite débitos ↑ para repassar saldos; Sucessora emite créditos se a sucedida estiver inapta.

OBRIGADO!

Marco Duran

Junho/2026



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

